

LAUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO FINANCEIRA

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARAÇATUBA

ÍNDICE

1. RESPONSABILIDADE TÉCNICA E SUMÁRIO EXECUTIVO

Sumário Executivo
Profissionais Responsáveis pela Avaliação
Declaração do Avaliador

2. ANÁLISE MACROECONÔMICA

3. SOBRE A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARAÇATUBA

Breve Histórico

4. ANÁLISE SETORIAL

5. CAUSAS DA CRISE

6. COMPOSIÇÃO DO PASSIVO

6.1 PROPOSTA DE AMORTIZAÇÃO

Classe I – Trabalhista
Classe III – Quirografário
Classe IV - ME - EPP

6.2 LAUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA-FINANCEIRA

Premissas Estabelecidas
Demonstrativo de Resultado do Exercício Projetado
Demonstrativo de Fluxo de Caixa

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

1

RESPONSABILIDADE TÉCNICA E SUMÁRIO EXECUTIVO

SUMÁRIO EXECUTIVO

CONTEXTUALIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DO LAUDO

OBJETIVO

Este laudo foi elaborado pela **Mirar Contabilidade SS**, inscrita no CNPJ sob nº 18.158.223/0001-47, única e exclusivamente como subsídio à elaboração do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) da recuperanda e não se confunde com, ou superpõe ou modifica os termos e condições do PRJ e não deve ser desagregado, fragmentado ou utilizado em partes pela recuperanda e seus representantes, por credores ou quaisquer terceiros interessados.

ESCOPO DO TRABALHO

○ escopo do trabalho envolveu os seguintes procedimentos:

○ presente laudo econômico-financeiro tem por objetivo avaliar a viabilidade econômico-financeira no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARAÇATUBA, instituição civil filantrópica, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 43.751.502/0001-67, com sede na Rua Floriano Peixoto, 896, Vila Mendonça, em Araçatuba-SP, CEP 16.015-000.



RESPONSABILIDADE TÉCNICA

SOBRE A MIRAR

A Mirar Gestão Empresarial conta com um time multidisciplinar dedicado a avaliação e reestruturação de empresas e de negócios.

Entre nossos clientes estão empresas de diversos portes, incluindo empresas nacionais e investimentos internacionais.

Os segmentos atendidos abrangem praticamente todos os setores da economia. Além da experiência do próprio time de avaliação de empresas, a Mirar possui parceiros dedicados a setores-chave do mercado, quando necessário, servem como fonte de referência e informações para o desenvolvimento dos projetos.

Nossa experiência inclui avaliações de empresas para:

- Apuração de haveres;
- Operações de M&A e captação de recursos;
- Análise de viabilidade de projetos;
- Disputas jurídicas ou arbitrais, inclusive atuando como peritos;
- Cumprimento das normas contábeis, regidas pelo IFRS;
- Teste de *Impairment*.

RESPONSABILIDADE TÉCNICA

PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS PELA AVALIAÇÃO

JOÃO CARLOS MERONI MIRANDA

Partner

Contador, graduado pela Faculdade São Judas Tadeu. Mestre em Administração Estratégica e Doutorando em Economia ambos pela PUCRS. Especialista Turnaround de Empresas, INSUPER (São Paulo/SP). Finanças para Alta Performance, INSUPER (São Paulo/SP). Recuperação Judicial, TMA Brasil – Universidade de Sorbonne (Paris / França). Membro do Turnaround Management Association (TMA) Brasil e do International Association of Restructuring (INSOL). Registrado no Conselho Regional de Contabilidade sob nº. CRC/RS 37.218.

MARIANA MIRANDA

Partner

Administradora de Empresas e Contadora, graduada pela PUCRS, especialista em Gestão Financeira e Controladoria pela FGV, Reestruturação Recuperação de Empresas pelo INSUPER. Membro do TMA e INSOL. Registrada no CRCRS sob o nº 96.793.

DIEGO MALGARIZI

Partner

Contador, graduado pela PUCRS, especialista em Gestão de Tributos e Planejamento Tributário, Reestruturação Recuperação de Empresas e Finanças para Alta Performance pelo INSUPER. Mestre em Gestão e Negócios pela UNISINOS. Registrado no CRCRS sob o nº 90.107.

CAROLINA BECKER

Finance Consultant

Contadora, graduada pela Universidade de Santa Cruz do Sul, curso de extensão em Planejamento Sucessório-Patrimonial pela Associação Paulista de Estudos Tributários.

DECLARAÇÃO DO AVALIADOR

A Mirar Gestão Empresarial, diretamente ou por meio de pessoas vinculadas, não possui ações ou participação na **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARAÇATUBA**, seja em nome próprio ou sob sua administração discricionária.

Adicionalmente, a Mirar Gestão Empresarial, bem como seus sócios e funcionários, não possuem interesse, direto ou indireto, **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARAÇATUBA** bem como, qualquer outra circunstância relevante que possa caracterizar conflito ou comunhão de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções na elaboração deste Laudo de Viabilidade Econômico-Financeira.

A Mirar Gestão Empresarial não possui quaisquer informações comerciais e creditícias, de qualquer natureza, que possam impactar o laudo de avaliação e que aqui não foram mensuradas.

Ressalta-se ainda que a administração da **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARAÇATUBA**, não direcionaram, limitaram, dificultaram ou praticaram quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das respectivas conclusões.

2

ANÁLISE MACROECONÔMICA

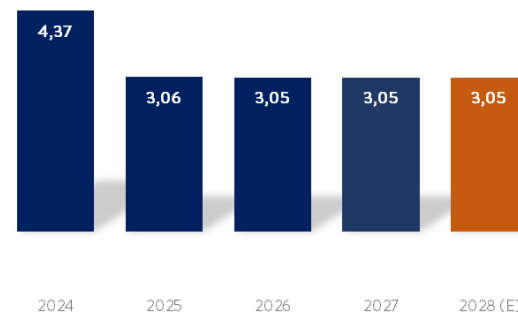
RESUMO DAS PRINCIPAIS PROJEÇÕES

IPCA

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

O IPCA é o indicador utilizado oficialmente para avaliar a inflação brasileira.

Variação do IPCA em 12 meses (%)

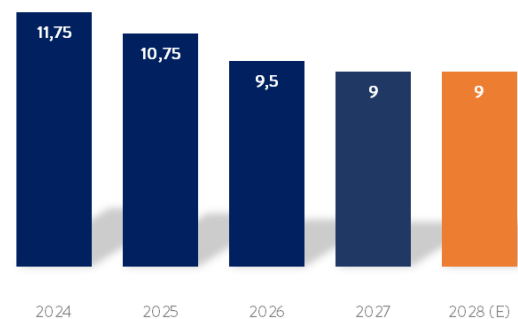


JUROS

Selic

A Selic é uma taxa básica de juros no Brasil, fornecida pelo Comitê de Política Monetária.

Selic (% a.a. fim de período)



3

SOBRE A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARAÇATUBA

BREVE HISTÓRICO

A SANTA CASA DE ARAÇATUBA é uma associação sem fins lucrativos, de caráter assistencial, fundada em 20 de março de 1927, com o nome de Hospital Sagrado Coração de Jesus, com o objetivo de oferecer atendimento médico-hospitalar gratuito aos doentes carentes. Desde então, a instituição se expandiu e se transformou em um pilar essencial para a saúde da região, atendendo aproximadamente 1 milhão de pessoas em 40 municípios do Oeste Paulista.

O primeiro prédio da Santa Casa de Araçatuba foi inaugurado em 1931. Para atender à crescente demanda, novos pavilhões foram construídos em 1937 e 1943. Graças a investimentos em equipamentos e à excelência médica, o hospital passou a atrair pacientes de diversas cidades da região, mas suas instalações tornaram-se insuficientes. Assim, foi projetado um novo hospital, composto por oito blocos, levando em consideração as dificuldades financeiras da época. A construção teve início em 1958, e em 1968 foram inaugurados três dos oito pavimentos. Em 1978, o último bloco foi concluído, inaugurando uma nova era para a instituição.

BREVE HISTÓRICO

Em 2006, foi inaugurada uma nova torre, que adicionou 106 leitos, elevando em 30% a capacidade de internação do hospital. Atualmente, a Santa Casa de Araçatuba dispõe de 330 leitos, sendo 270 destinados ao SUS e 65 a convênios e pacientes particulares, registrada como Hospital Geral no CNES do Ministério da Saúde.

A Santa Casa é reconhecida como hospital de referência para pelo menos 40 municípios da região oeste paulista, sendo a única opção para internações de média e alta complexidade. Além disso, proporciona atendimento nas áreas médica geral, pediátrica, ginecológica e obstétrica, além de realizar exames e diagnósticos de patologias clínicas, radiologia e cuidados intensivos, incluindo pacientes com Covid-19.

O Corpo Clínico do hospital é constituído por 348 profissionais médicos, especialistas altamente qualificados, que, em conjunto, formam uma equipe multidisciplinar. Essa equipe assegura tratamento específico em 26 especialidades médicas.

BREVE HISTÓRICO

○ Hospital conta com 10 salas cirúrgicas de última geração, possibilitando a realização de cerca de 1.090 cirurgias e 70 partos de alto risco por mês. ○ ambulatório médico atende aproximadamente 4.932 pacientes mensais, e o Serviço de Diagnóstico por Imagem realiza cerca de 9.309 exames.

○ Laboratório de análises clínicas processa em média 10.794 exames por mês, enquanto o Serviço de Internação atende cerca de 1.070 pacientes. A demanda tem crescido com a recente inauguração do novo laboratório, que aumentou a capacidade e agilidade na entrega dos resultados.

Além disso, um convênio com a Secretaria de Estado da Saúde permitirá a aquisição de um aparelho de Hemodinâmica de alta resolução e a ampliação do espaço de atendimento, melhorando os serviços de cardiologia, como cateterismo e angioplastia.

BREVE HISTÓRICO

A Santa Casa mantém sua assistência viabilizada pelo recebimento de verbas públicas; no entanto, enfrenta uma carência persistente de recursos para a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, visando qualificar o atendimento aos pacientes, especialmente aqueles vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), que representa mais de 80% de seus leitos. Segundo o Relatório de Atividades do ano de 2023, são realizados inúmeros procedimentos diariamente em benefício da população da região, sendo que mais de 80% dos atendimentos são destinados a pacientes oriundos do Sistema Único de Saúde.

A Santa Casa é uma entidade essencial para a saúde, desempenhando uma atividade de interesse público fundamental para garantir o bem-estar da população de Araçatuba e de 40 municípios da região oeste paulista, totalizando 769.650 habitantes.

4

ANÁLISE SETORIAL

PANORAMA DO SETOR NO BRASIL

As entidades privadas de saúde sem fins lucrativos, como hospitais filantrópicos e Santas Casas, desempenham um papel crucial no Sistema Único de Saúde (SUS), representando 61,19% das internações de alta complexidade e 39,80% das internações de média complexidade. Apesar da sua relevância, essas instituições enfrentam um endividamento crônico, causado principalmente pelo histórico subfinanciamento da tabela SUS. De acordo com o presidente da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB), a dívida dessas entidades na Caixa Econômica chega a R\$ 7 bilhões. Em 2023, esses hospitais tomaram R\$ 10,8 bilhões em empréstimos, dos quais pagaram R\$ 4,6 bilhões, acumulando uma carga de prestações mensais de R\$ 500 milhões.

O governo anunciou medidas para apoiar hospitais filantrópicos, como a liberação de R\$ 2 bilhões e a criação do Programa Especial de Regularização Tributária. A nova Lei nº 14.820, que entra em vigor em janeiro de 2024, prevê a revisão periódica dos valores pagos pelo SUS, oferecendo esperanças de melhoria financeira a longo prazo.

No entanto, especialistas afirmam que essas ações são insuficientes para cobrir os custos operacionais, destacando a dependência de outras fontes de renda, como doações e atendimentos privados.

Fonte: <https://valor.globo.com/publicacoes/especiais/saude/noticia/2024/08/27/lei-oferece-alivio-para-as-dividas-cronicas-de-hospitais-filantropicos-e-santas-casas.ghtml>

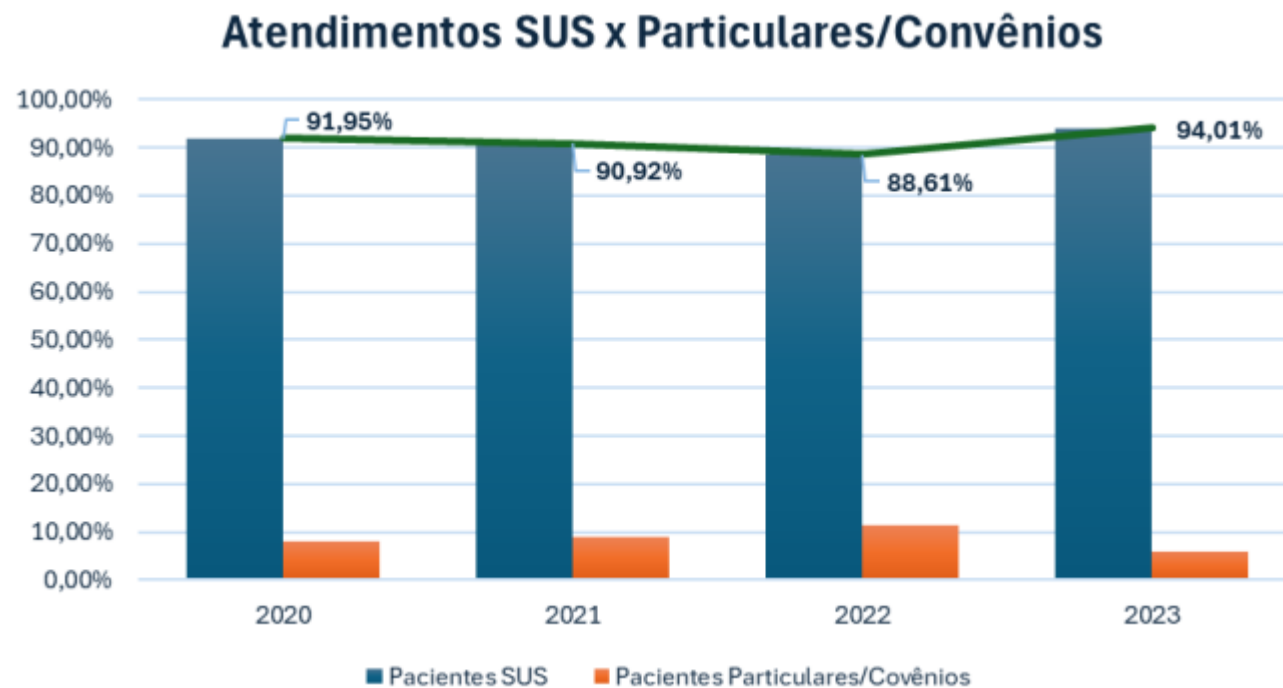
5

CAUSAS DA CRISE

CAUSAS DA CRISE

A seguir apresenta-se alguns fatores que contribuíram para a situação atual da crise vivida pela Santa Casa De Misericórdia De Araçatuba, ressaltando-se que mesmo os negócios mais sólidos e estáveis estão sujeitos a momentos de crise e instabilidade.

A Santa Casa De Misericórdia De Araçatuba é uma entidade beneficente filantrópica, sem fins lucrativos e seus atendimentos estão basicamente direcionados para os pacientes do SUS - Sistema Único de Saúde, num percentual superior a 90%.

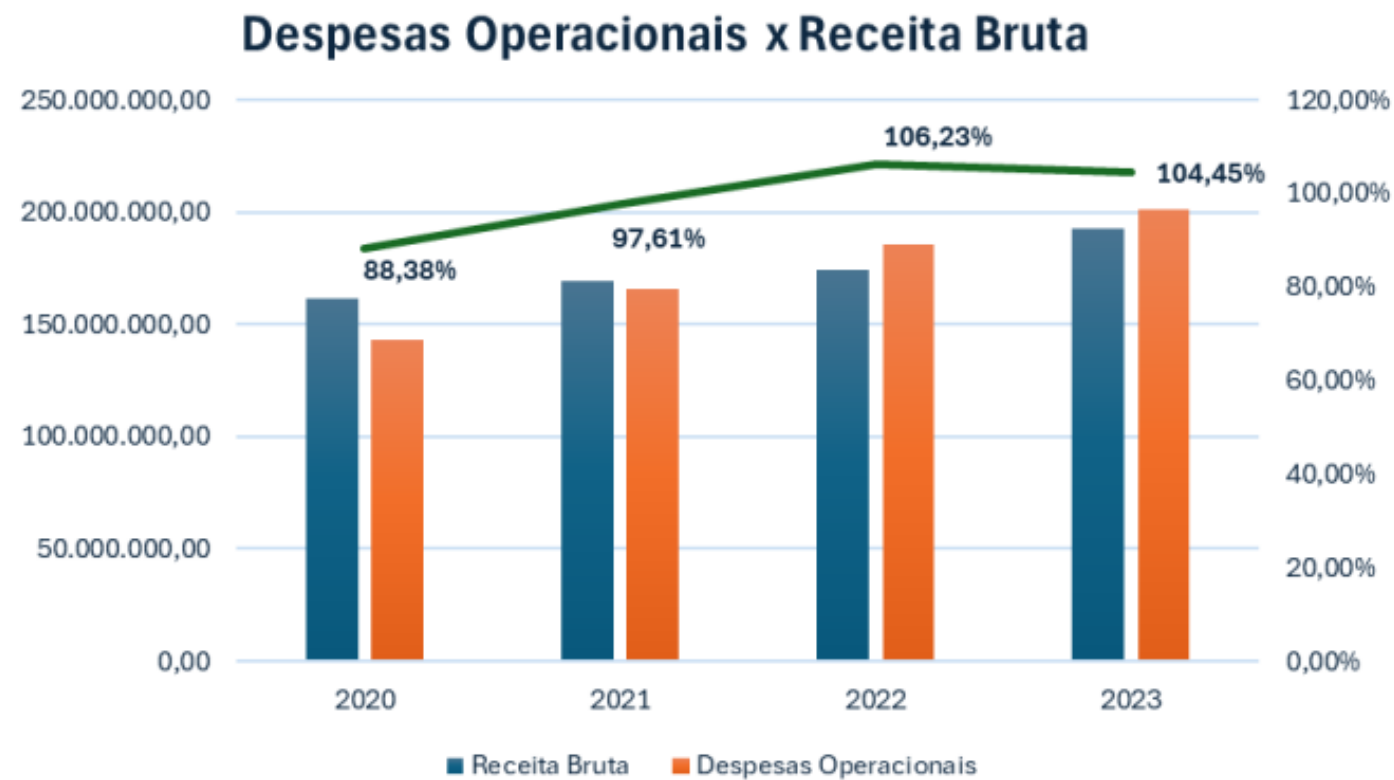


CAUSAS DA CRISE

Historicamente, a Santa Casa enfrenta um déficit operacional devido à discrepância entre o volume de atendimentos prestados aos usuários do SUS e o limite financeiro destinado a cobrir essas despesas.

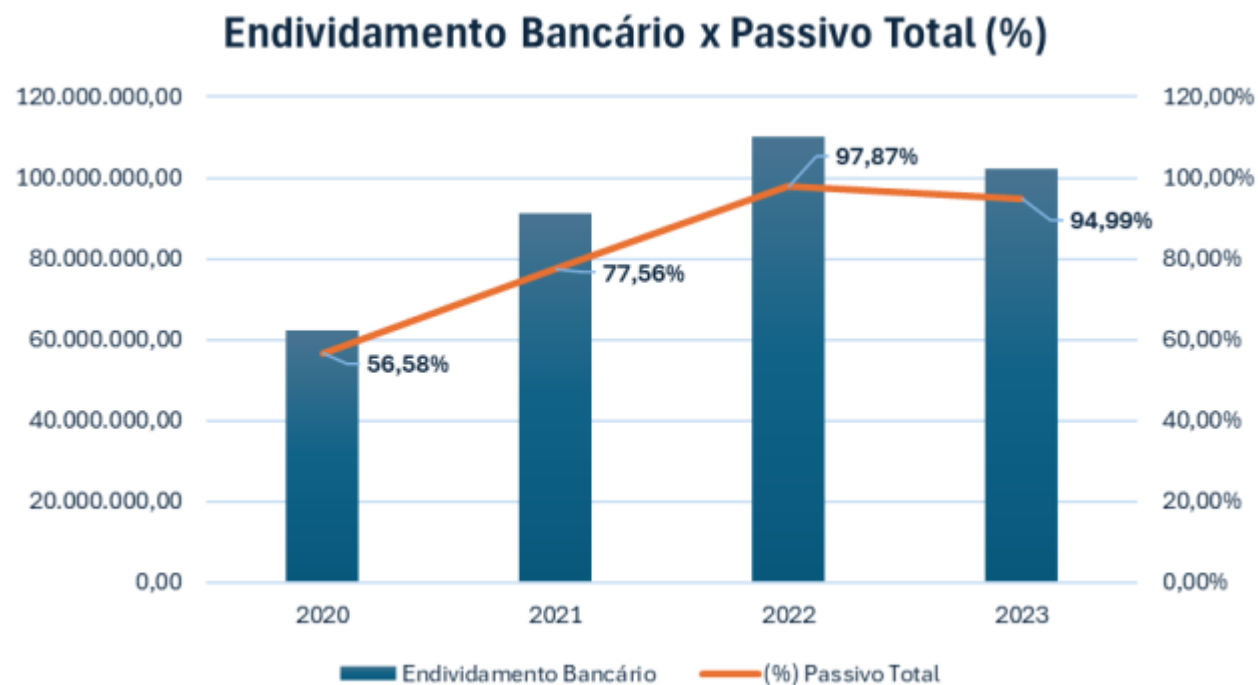
Os valores de remuneração dos procedimentos, conforme a Tabela SIGTAP, estão significativamente defasados em relação aos custos reais da assistência, os quais são impactados por constantes reajustes nos componentes da infraestrutura de atendimento, incluindo salários da equipe multiprofissional, custos com plantões médicos, contratação de serviços terceirizados, materiais e medicamentos.

CAUSAS DA CRISE



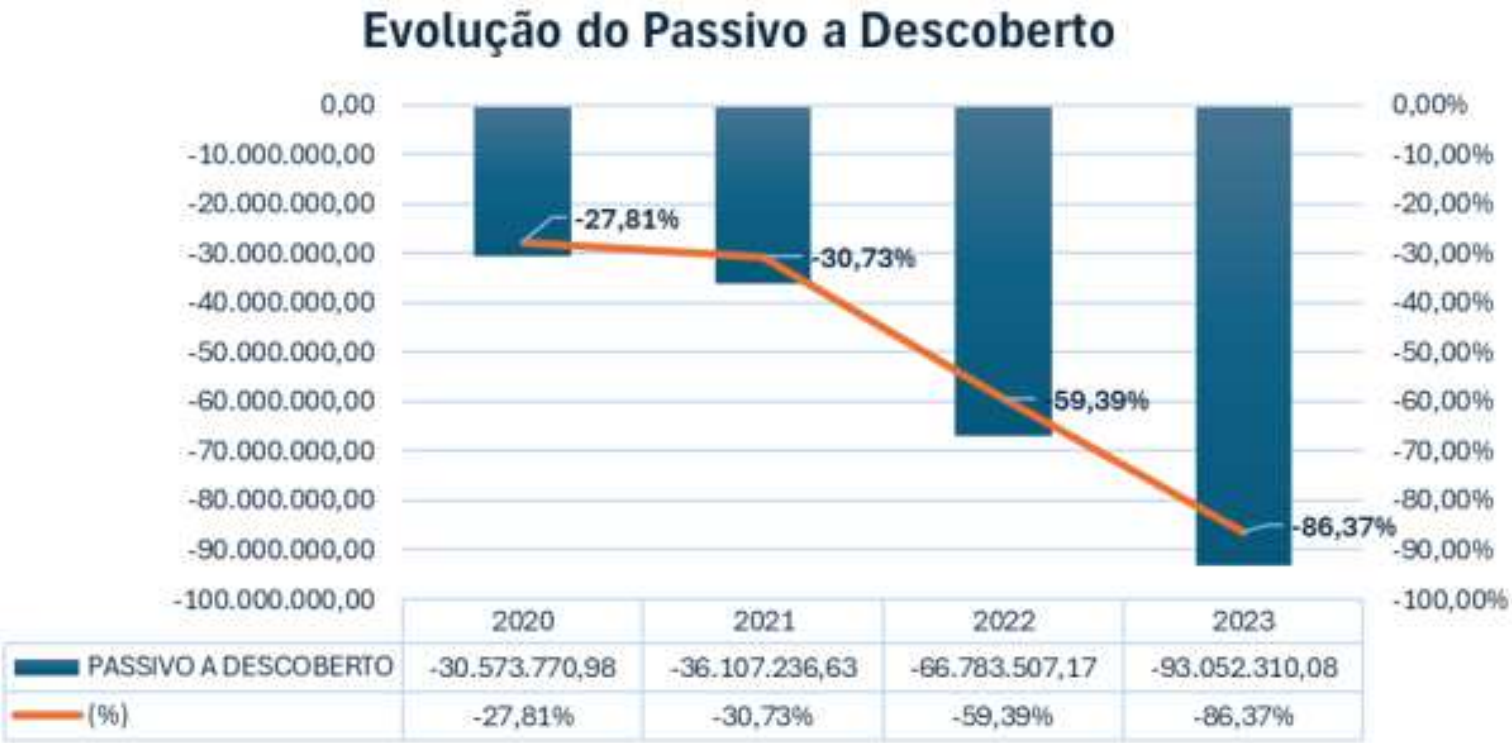
CAUSAS DA CRISE

Com margens negativas no SUS e produzindo pouca ocupação com os serviços de saúde suplementar, opção de equilibrar a sua situação econômica, a instituição recorreu às instituições financeiras para financiar a sua atividade operacional, cujos custos são superiores às margens obtidas na operação da atividade. Isso resultou em um aumento de 64,51% no endividamento bancário nos últimos quatro anos.



CAUSAS DA CRISE

As demonstrações financeiras dos últimos exercícios evidenciam o aumento expressivo do endividamento, onde os ativos existentes são insuficientes para o cumprimento das obrigações, configurando o quadro de passivo a descoberto.



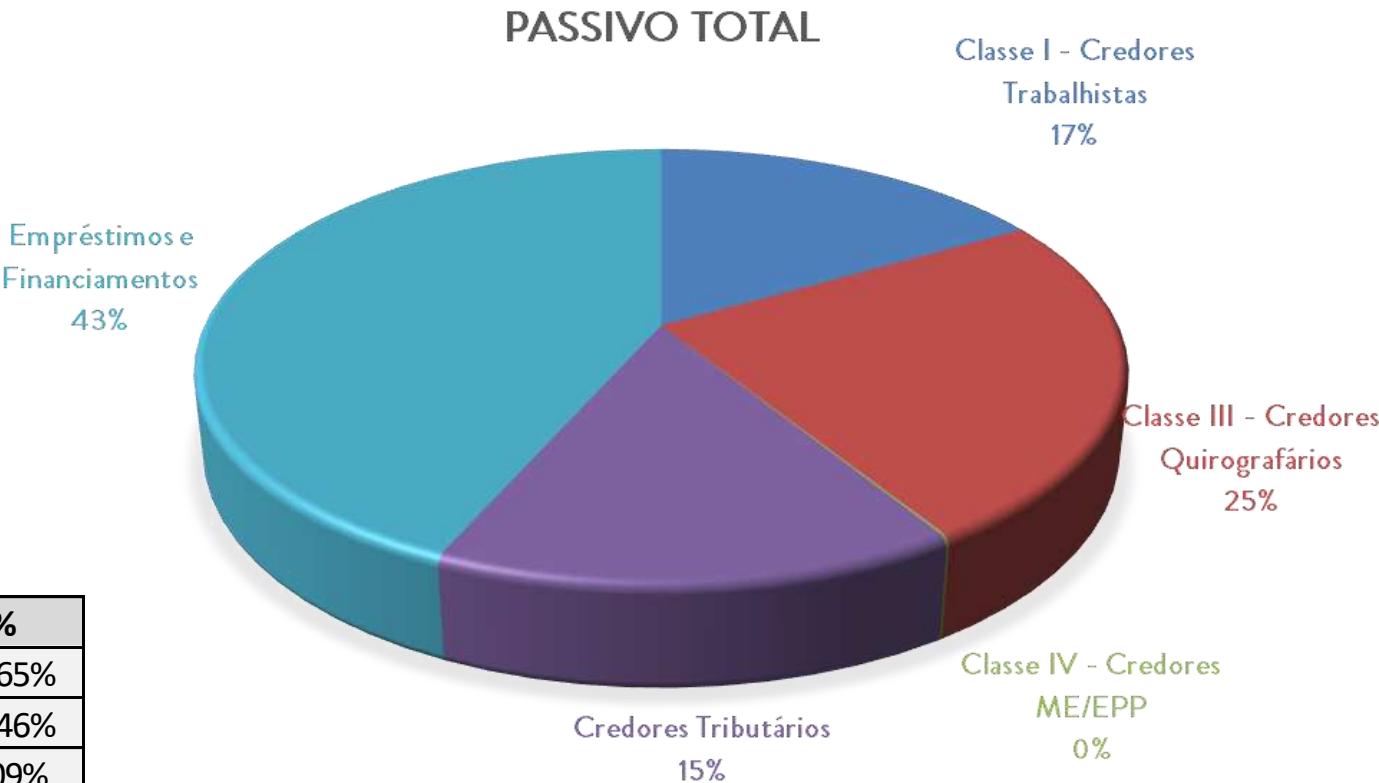
6

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO

PASSIVO TOTAL

Classe	Valor	%
Classe I - Credores Trabalhistas	41.323.069,88	16,65%
Classe III - Credores Quirografários	60.707.142,57	24,46%
Classe IV - Credores ME/EPP	221.780,33	0,09%
Credores Tributários	38.292.695,93	15,43%
Empréstimos e Financiamentos	107.600.000,00	43,36%
Total	248.144.688,71	100,00%



COMPOSIÇÃO DO PASSIVO

PASSIVO SUJEITO

Classe	Valor	%
Classe I - Credores Trabalhistas	41.323.069,88	40,41%
Classe III - Credores Quirografários	60.707.142,57	59,37%
Classe IV - Credores ME/EPP	221.780,33	0,22%
Total	102.251.992,78	100,00%



6.1

PROPOSTA DE AMORTIZAÇÃO

PROPOSTA DE AMORTIZAÇÃO

O Passivo Sujeito à recuperação judicial está com base na relação de credores que consta no edital do art. 52, § 1º da Lei 11.101/05 e dividido nas seguintes classes conforme art. 41 da Lei 11.101/05:

Classe I - Créditos Trabalhistas: Créditos oriundos das relações de trabalho;

Classe II - Créditos Garantia Real: Créditos decorrentes das operações com garantias;

Classe III - Créditos Quirografários: Créditos decorrentes das operações sem garantias;

Classe IV - Créditos com ME/EPP: Crédito decorrentes das operações com microempresas e empresas de pequeno porte.

Abaixo detalhamos as formas propostas de pagamento aos credores, descritas no Plano de Recuperação Judicial da Santa Casa de Misericórdia de Araçatuba.

PROPOSTA DE AMORTIZAÇÃO

CLASSE I – CREDORES TRABALHISTAS

Os créditos de Classe I serão pagos de acordo com as seguintes condições :

- (i) Valor: pagamentos até o limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por credor;
- (ii) Saldo: do valor que exceder o limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) será aplicado deságio de 80%.
- (iii) Prazo: 12 (doze) meses.
- (iv) Pagamento: o pagamento será efetuado dentro do prazo de 12 meses, a contar da decisão que homologar o plano de recuperação judicial
- (v) Juros e correção: os créditos serão corrigidos pela Taxa Referencial - TR acrescida de juros 2% (dois por cento) ao ano

PROPOSTA DE AMORTIZAÇÃO

CLASSE II – CREDORES GARANTIA REAL

Os créditos de Classe II serão pagos de acordo com as seguintes condições:

- (i) Deságio: 80% (oitenta por cento) do valor listado na relação de credores.
- (ii) Prazo total: 240 (duzentos e quarenta) meses.
- (iii) Carência: 18 (dezoito) meses para os juros e correção e para o principal, contados da publicação da decisão que homologar o PRJ.
Os juros e a correção serão apurados a partir do final do respectivo prazo de carência, e pagos no mesmo momento da parcela principal.
- (iv) Pagamentos: trimestrais, vencendo-se o primeiro no último dia útil do 19º (décimo nono) mês.
- (v) Juros e correção: o crédito será corrigido pela Taxa Referencial - TR acrescida de juros 2% (dois por cento) ao ano.

PROPOSTA DE AMORTIZAÇÃO

CLASSE III – CREDORES QUIROGRAFÁRIOS ORDINÁRIOS

Os créditos de Classe III serão pagos de acordo com as seguintes condições:

- (i) Deságio: 70% (setenta por cento) do valor listado na relação de credores.
- (ii) Prazo total: 240 (duzentos e quarenta) meses.
- (iii) Carência: 12 (doze) meses para os juros e correção e para o principal, contados da publicação da decisão que homologar o PRJ. Os juros e a correção serão apurados a partir do final do respectivo prazo de carência, e pagos no mesmo momento da parcela principal.
- (iv) Pagamentos: anuais, o primeiro pagamento deverá ocorrer no curso dos 12 meses subsequentes ao término do prazo de carência.
- (v) Juros e correção: o crédito será corrigido pela Taxa Referencial - TR acrescida de juros 2% (dois por cento) ao ano.

PROPOSTA DE AMORTIZAÇÃO

CLASSE III – CREDORES QUIROGRAFÁRIOS OPERACIONAL PARCEIRO

Os créditos de Classe III serão pagos de acordo com as seguintes condições:

- (i) Deságio: 60% (sessenta por cento) do valor listado na relação de credores.
- (ii) Prazo total: 180 (cento e oitenta) meses.
- (iii) Carência: 12 (doze) meses para os juros e correção e para o principal, contados da publicação da decisão que homologar o PRJ. Os juros e a correção serão apurados a partir do final do respectivo prazo de carência, e pagos no mesmo momento da parcela principal.
- (iv) Pagamentos: mensais, o primeiro pagamento deverá ocorrer em até 30 dias subsequentes ao término do prazo de carência.
- (v) Juros e correção: o crédito será corrigido pela Taxa Referencial - TR acrescida de juros 2% (dois por cento) ao ano.

PROPOSTA DE AMORTIZAÇÃO

CLASSE IV – ME-EP

Os créditos de Classe IV serão pagos de acordo com as seguintes condições:

- (i) Deságio: 70% (setenta por cento) do valor listado na relação de credores.
- (ii) Prazo total: 120 (cento e vinte) meses.
- (iii) Carência: 12 (doze) meses para os juros e correção e para o principal, contados da publicação da decisão que homologar o PRJ. Os juros e a correção serão apurados a partir do final do respectivo prazo de carência, e pagos no mesmo momento da parcela principal.
- (iv) Pagamentos: anuais, o primeiro pagamento deverá ocorrer no curso dos 12 meses subsequentes ao término do prazo de carência.
- (v) Juros e correção: o crédito será corrigido pela Taxa Referencial - TR acrescida de juros 2% (dois por cento) ao ano.

6.2

LAUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA-FINANCEIRA

AVALIAÇÃO POR FLUXO DE CAIXA DESCONTADO

fls. 4612

PREMISSAS

PERÍODO DE ELABORAÇÃO

O presente Laudo foi elaborado contemplando um horizonte temporal de 20 (vinte) anos, sendo o ano 1, correspondente aos primeiros 12 meses contados a partir da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.

PROJEÇÃO DE RECEITAS

Visando a projeção de receitas, utilizaram-se como critério as perspectivas macroeconômicas e setoriais, tomando-se ainda como base os dados fornecidos pela Santa Casa de Misericórdia de Araçatuba tendo em vista a reestruturação proposta por seus administradores. Ainda neste interim, ressalta-se que para as projeções do Sistema Único de Saúde (SUS) foram mantidos os níveis de atendimentos existentes, já para os atendimentos particulares e de convênio foram contemplados incrementos graduais ao longo do período explícito.

CUSTOS OPERACIONAIS

No que tange os custos operacionais, os mesmo foram classificados de acordo com o caráter de cada conta variável. A projeção para os custos tomou como base a média histórica extraídas das demonstrações contábeis, ponderadas com as adequações e reduções da estrutura de custos projetadas pela Santa Casa de Misericórdia de Araçatuba através de seus administradores.

AVALIAÇÃO POR FLUXO DE CAIXA DESCONTADO

fls. 4613

PREMISSAS

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais foram projetadas considerando-se dados históricos, acrescidas, periodicamente da inflação projetada, ponderadas com as adequações e reduções da estrutura de custos fixos projetadas pela Santa Casa de Misericórdia de Araçatuba através de seus administradores.

CAPEX

O CAPEX projetado foi estimado com base nas práticas do mercado, onde se analisou o ativo imobilizado, e expectativas de investimentos necessários para manutenção periódica das instalações e equipamentos da instituição: melhorias das instalações físicas; e aquisição de novos equipamentos para modernização da estrutura.

NKG

A necessidade de capital de giro foi projetada segundo prazos médios praticados e o ciclo operacional do negócio. Para a variação dessa necessidade de capital de giro, foi considerado os acréscimos no faturamento ao longo dos anos da projeção.

LAUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA-FINANCEIRA

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO PROJETADO

Demonstrativo de Resultado do Exercício	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Receita Líquida Operacional	143.049.102	149.523.691	154.990.694	160.670.221	166.571.066	172.702.406	179.073.823	185.695.321	192.577.342	199.730.788
Receita Pacientes SUS	101.103.383	104.197.146	107.375.159	110.650.102	114.024.930	117.502.690	121.086.522	124.779.661	128.585.441	132.507.297
Receita Pacientes Particulares e Convênios	41.945.720	45.326.545	47.615.535	50.020.120	52.546.136	55.199.715	57.987.301	60.915.660	63.991.901	67.223.492
Outras Receitas e Subvenções	94.880.166	97.726.571	99.681.102	101.674.724	103.708.219	105.782.383	107.898.031	110.055.991	113.357.671	115.624.825
(-) Custos Operacionais	- 102.995.354	- 107.657.058	- 111.593.300	- 115.682.559	- 119.931.167	- 124.345.732	- 128.933.153	- 133.700.631	- 138.655.686	- 143.806.168
(-) Custos Médicos	- 45.775.713	- 47.847.581	- 49.597.022	- 51.414.471	- 53.302.741	- 55.264.770	- 57.303.623	- 59.422.503	- 61.624.749	- 63.913.852
(-) Custos com Materiais e Medicamentos	- 57.219.641	- 59.809.476	- 61.996.278	- 64.268.089	- 66.628.426	- 69.080.962	- 71.629.529	- 74.278.128	- 77.030.937	- 79.892.315
(-) Despesas Operacionais	- 109.962.120	- 113.326.961	- 116.783.433	- 120.345.328	- 124.015.860	- 127.798.344	- 131.696.193	- 135.712.927	- 139.852.172	- 144.117.663
(-) Pessoal + Obrigações	- 82.720.895	- 85.252.154	- 87.852.345	- 90.531.842	- 93.293.063	- 96.138.501	- 99.070.725	- 102.092.382	- 105.206.200	- 108.414.989
(-) Contingências Cível/Trabalhistas	- 11.341.193	- 11.688.234	- 12.044.725	- 12.412.089	- 12.790.658	- 13.180.773	- 13.582.786	- 13.997.061	- 14.423.971	- 14.863.903
(-) Terceiros Contratos	- 8.352.821	- 8.608.417	- 8.870.974	- 9.141.538	- 9.420.355	- 9.707.676	- 10.003.760	- 10.308.875	- 10.623.296	- 10.947.306
(-) Outras	- 7.547.211	- 7.778.156	- 8.015.390	- 8.259.859	- 8.511.785	- 8.771.394	- 9.038.922	- 9.314.609	- 9.598.704	- 9.891.465
EBITDA	24.971.795	26.266.244	26.295.064	26.317.059	26.332.257	26.340.713	26.342.508	26.337.754	27.427.155	27.431.782
(-) Depreciação	- 3.980.832	- 4.180.832	- 4.380.832	- 4.630.832	- 4.905.832	- 5.180.832	- 5.455.832	- 5.730.832	- 6.030.832	- 6.330.832
Despesas Financeiras	- 14.825.292	- 14.725.793	- 14.324.506	- 13.889.438	- 13.417.488	- 12.905.256	- 12.349.011	- 11.744.659	- 11.087.706	- 10.373.218
Receitas Financeiras	72.337.626	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido	78.503.297	7.359.619	7.589.725	7.796.788	8.008.936	8.254.625	8.537.665	8.862.263	10.308.617	10.727.733

LAUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA-FINANCEIRA

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO PROJETADO

Demonstrativo de Resultado do Exercício	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16	Ano 17	Ano 18	Ano 19	Ano 20
Receita Líquida Operacional	207.167.047	214.898.008	222.936.087	231.294.254	239.986.055	249.025.642	258.427.796	268.207.963	278.382.279	288.967.609
Receita Pacientes SUS	136.548.769	140.713.507	145.005.269	149.427.930	153.985.481	158.682.039	163.521.841	168.509.257	173.648.789	178.945.077
Receita Pacientes Particulares e Convênios	70.618.278	74.184.501	77.930.818	81.866.325	86.000.574	90.343.603	94.905.955	99.698.706	104.733.490	110.022.532
Outras Receitas e Subvenções	117.937.321	120.296.068	122.701.989	125.156.029	127.659.149	130.212.332	132.816.579	135.472.910	138.182.369	140.946.016
(-) Custos Operacionais	- 151.231.945	- 156.875.546	- 162.743.344	- 168.844.806	- 175.189.820	- 181.788.718	- 188.652.291	- 195.791.813	- 203.219.064	- 210.946.354
(-) Custos Médicos	- 68.365.126	- 70.916.343	- 73.568.909	- 76.327.104	- 79.195.398	- 82.178.462	- 85.281.173	- 88.508.628	- 91.866.152	- 95.359.311
(-) Custos com Materiais e Medicamentos	- 82.866.819	- 85.959.203	- 89.174.435	- 92.517.702	- 95.994.422	- 99.610.257	- 103.371.118	- 107.283.185	- 111.352.912	- 115.587.044
(-) Despesas Operacionais	- 148.513.252	- 153.042.906	- 157.710.714	- 162.520.891	- 167.477.778	- 172.585.851	- 177.849.719	- 183.274.135	- 188.863.997	- 194.624.348
(-) Pessoal + Obrigações	- 111.721.646	- 115.129.157	- 118.640.596	- 122.259.134	- 125.988.038	- 129.830.673	- 133.790.508	- 137.871.119	- 142.076.188	- 146.409.512
(-) Contingências Cível/Trabalhistas	- 15.317.252	- 15.784.428	- 16.265.853	- 16.761.961	- 17.273.201	- 17.800.034	- 18.342.935	- 18.902.394	- 19.478.917	- 20.073.024
(-) Terceiros Contratos	- 11.281.199	- 11.625.276	- 11.979.846	- 12.345.232	- 12.721.761	- 13.109.775	- 13.509.623	- 13.921.667	- 14.346.278	- 14.783.839
(-) Outras	- 10.193.155	- 10.504.046	- 10.824.419	- 11.154.564	- 11.494.778	- 11.845.369	- 12.206.653	- 12.578.956	- 12.962.614	- 13.357.973
EBITDA	25.359.172	25.275.624	25.184.018	25.084.586	24.977.606	24.863.405	24.742.365	24.614.925	24.481.587	24.342.922
(-) Depreciação	- 6.630.832	- 6.980.832	- 7.330.832	- 7.680.832	- 8.030.832	- 8.380.832	- 8.730.832	- 9.080.832	- 9.430.832	- 9.780.832
Despesas Financeiras	- 9.595.776	- 8.999.412	- 8.342.595	- 7.619.036	- 6.821.792	- 5.943.189	- 4.974.751	- 3.907.112	- 2.729.928	- 1.431.767
Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido	9.132.564	9.295.380	9.510.591	9.784.718	10.124.982	10.539.384	11.036.782	11.626.980	12.320.827	13.130.323

LAUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA-FINANCEIRA

DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Resultado Líquido	78.503.297	7.359.619	7.589.725	7.796.788	8.008.936	8.254.625	8.537.665	8.862.263	10.308.617	10.727.733
(+) Depreciação	3.980.832	4.180.832	4.380.832	4.630.832	4.905.832	5.180.832	5.455.832	5.730.832	6.030.832	6.330.832
(+) Despesas Financeiras	14.825.292	14.725.793	14.324.506	13.889.438	13.417.488	12.905.256	12.349.011	11.744.659	11.087.706	10.373.218
(-) Receita Financeira (Deságio)	- 72.337.626	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido Ajustado	24.971.795	26.266.244	26.295.064	26.317.059	26.332.257	26.340.713	26.342.508	26.337.754	27.427.155	27.431.782
(+/-) NKG	- 1.200.000	- 1.171.231	- 988.962	- 1.027.407	- 1.067.442	- 1.109.138	- 1.152.567	- 1.197.806	- 1.244.934	- 1.294.034
Fluxo de Caixa Operacional	23.771.795	25.095.013	25.306.102	25.289.652	25.264.815	25.231.575	25.189.941	25.139.948	26.182.222	26.137.749
(-) CAPEX	- 4.000.000	- 4.000.000	- 4.000.000	- 5.000.000	- 5.500.000	- 5.500.000	- 5.500.000	- 5.500.000	- 6.000.000	- 6.000.000
(+) Alienação de Ativos/ Outras Entradas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo de Caixa de Investimento	- 4.000.000	- 4.000.000	- 4.000.000	- 5.000.000	- 5.500.000	- 5.500.000	- 5.500.000	- 5.500.000	- 6.000.000	- 6.000.000
Credores Trabalhistas	- 22.815.058	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Credores Quirografários	-	- 1.321.418	- 1.321.418	- 1.321.418	- 1.321.418	- 1.321.418	- 1.321.418	- 1.321.418	- 1.321.418	- 1.321.418
Credores ME/EPP	-	- 8.952	- 8.952	- 8.952	- 8.952	- 8.952	- 8.952	- 8.952	- 8.952	- 8.952
Credor Não Sujeito (CEF)	-	- 14.687.552	- 14.687.552	- 14.687.552	- 14.687.552	- 14.687.552	- 14.687.552	- 14.687.552	- 14.687.552	- 14.687.552
Credor Não Sujeito (Tributários)	- 4.162.200	- 4.162.200	- 4.162.200	- 4.162.200	- 4.162.200	- 4.162.200	- 4.162.200	- 4.162.200	- 4.162.200	- 4.162.200
Fluxo de Caixa de Financiamento	- 26.977.258	- 20.180.123	- 20.180.123	- 20.180.123	- 20.180.123	- 20.180.123	- 20.180.123	- 20.180.123	- 20.180.123	- 20.180.123
Fluxo de Caixa das Atividades	- 7.205.463	914.890	1.125.979	109.529	415.308	448.548	490.182	540.175	2.099	42.374
Saldo Final de Caixa	367.006	1.281.896	2.407.875	2.517.403	2.102.095	1.653.547	1.163.364	623.189	625.288	582.913

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO DA SILVA PERES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 11/10/2024 às 12:20, sob o número W25824700100729. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1000626-55.2024.8.26.0359 e código 5WbCRzCd.

LAUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA-FINANCEIRA

DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16	Ano 17	Ano 18	Ano 19	Ano 20
Resultado Líquido	9.132.564	9.295.380	9.510.591	9.784.718	10.124.982	10.539.384	11.036.782	11.626.980	12.320.827	13.130.323
(+) Depreciação	6.630.832	6.980.832	7.330.832	7.680.832	8.030.832	8.380.832	8.730.832	9.080.832	9.430.832	9.780.832
(+) Despesas Financeiras	9.595.776	8.999.412	8.342.595	7.619.036	6.821.792	5.943.189	4.974.751	3.907.112	2.729.928	1.431.767
(-) Receita Financeira (Deságio)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido Ajustado	25.359.172	25.275.624	25.184.018	25.084.586	24.977.606	24.863.405	24.742.365	24.614.925	24.481.587	24.342.922
(+/-) NKG	- 2.195.299	- 2.265.942	- 2.137.571	- 1.601.982	- 1.665.929	- 1.732.587	- 1.802.080	- 1.874.532	- 1.950.077	- 2.028.855
Fluxo de Caixa Operacional	23.163.874	23.009.682	23.046.447	23.482.604	23.311.677	23.130.817	22.940.285	22.740.393	22.531.510	22.314.067
(-) CAPEX	- 6.000.000	- 7.000.000	- 7.000.000	- 7.000.000	- 7.000.000	- 7.000.000	- 7.000.000	- 7.000.000	- 7.000.000	- 7.000.000
(+) Alienação de Ativos/ Outras Entradas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo de Caixa de Investimento	- 6.000.000	- 7.000.000	- 7.000.000	- 7.000.000	- 7.000.000	- 7.000.000	- 7.000.000	- 7.000.000	- 7.000.000	- 7.000.000
Credores Trabalhistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Credores Quirografários	- 1.321.418	- 1.321.418	- 1.321.418	- 1.321.418	- 1.321.418	- 1.321.418	- 1.321.418	- 1.321.418	- 1.321.418	- 1.321.418
Credores ME/EPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Credor Não Sujeito (CEF)	- 14.687.552	- 14.687.552	- 14.687.552	- 14.687.552	- 14.687.552	- 14.687.552	- 14.687.552	- 14.687.552	- 14.687.552	- 14.687.552
Credor Não Sujeito (Tributários)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo de Caixa de Financiamento	- 16.008.970	- 16.008.970	- 16.008.970	- 16.008.970	- 16.008.970	- 16.008.970	- 16.008.970	- 16.008.970	- 16.008.970	- 16.008.970
Fluxo de Caixa das Atividades	1.154.903	711	37.477	473.634	302.707	121.847	- 68.685	- 268.578	- 477.460	- 694.903
Saldo Final de Caixa	1.737.817	1.738.528	1.776.005	2.249.639	2.552.346	2.674.193	2.605.507	2.336.930	1.859.469	1.164.566

7

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Ressalva-se que, não conduzimos verificação independente de quaisquer ativos ou passivos da instituição objeto deste laudo, consideramos como completas, exatas e verdadeiras as informações obtidas de sua administração;
- As estimativas e projeções realizadas neste laudo envolvem elementos de julgamento e análises subjetivos, que podem ou não se concretizarem;
- As premissas utilizadas para as projeções de resultados e fluxo de caixa, bem como as expectativas de amortização propostas são compatíveis com padrões adotados no mercado e apresentam razoabilidade;
- A possibilidade de continuação das atividades operacionais da instituição proporcionará geração de recursos compatível com as previsões de amortizações propostas, possibilitando assim reestruturação do passivo da instituição, atendendo o dispositivo no art. 47 da Lei nº 11.101/2005, ou seja, viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira;
- O índice oferecido para atualização monetária do endividamento sujeito à recuperação é compatível entre a manutenção dos valores dos créditos no tempo e a capacidade de pagamento das obrigações das instituições perante a Recuperação Judicial;
- Devido aos montantes de caixa líquido estimados podemos afirmar a real necessidade de reescalonamento do passivo como um todo. Respeitados os limites de geração de caixa estimados, é perceptível a necessidade do período de carência para início das amortizações dos créditos propostos. Este período servirá fundamentalmente para recomposição do capital de giro próprio e consequente redução do custo financeiro da operação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, após a tabulação e análise das informações para elaboração deste laudo, bem como dos meios de recuperação utilizados e, observando o atendimento de todas as expectativas estabelecidas, verifica-se ser viável o Plano de Recuperação Judicial apresentado.

MIRAR CONTABILIDADE S.S.
CNPJ 18.158.223/0001-47
CRC 006318/O
RESPONSÁVEL PELO LAUDO DE
AVALIAÇÃO